



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 3170/2015

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.17.000.003733/2014-57

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR OFICIANTE: JULIO DE CASTILHOS

RELATOR: JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ

NOTÍCIA DE FATO. CRIME OCORRIDO EM NAVIO. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. NÃO HOMOLOGAÇÃO. INTERESSE DA UNIÃO. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

1. Notícia de fato instaurada para apurar suposto crime ocorrido em navio, que resultou no óbito de tripulante decorrente da quebra da cinta de amarração de um cabo de aço no convés da embarcação.

2. O il. Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual ao argumento de que embora a embarcação seja de grande porte e possua potencial marítimo para deslocamento internacional, não realiza viagens transnacionais, limitando-se às águas territoriais nacionais entre Rio de Janeiro e Vitória e as bacias de Campos e do Espírito Santo, restando ausente ofensa direta a bens, serviços ou interesses da União.

3. Autos encaminhados à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

4. A Constituição Federal, em seu art. 109, IX, expressamente aponta a competência da Justiça Federal para processar e julgar "os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar".

5. Em razão da imprecisão do termo "navio" utilizado no referido dispositivo constitucional, a doutrina e a jurisprudência construíram o entendimento de que "navio" seria embarcação de grande porte o que, evidentemente, excluiria a competência para processar e julgar crimes cometidos a bordo de outros tipos de embarcações, isto é, aqueles que não tivessem tamanho e autonomia consideráveis que pudessem ser deslocados para águas internacionais. (CC 118.503/PR, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 22/04/2015, DJe 28/04/2015)

6. No caso em exame, não resta dúvida de que a embarcação é considerada de grande porte e com plena capacidade de realização de deslocamento para águas internacionais, o que evidencia o interesse da União e, consequentemente, a competência da justiça federal para o seu julgamento.

7. É indiferente a qualidade das pessoas lesadas, constituindo razão suficiente e autônoma para a fixação da competência federal, a implementação da hipótese prevista no inciso IX, do art. 109, do Texto Maior. (HC 40.913/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 19/05/2005, DJ 15/08/2005, p. 338).

8. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de notícia de fato instaurada para apurar suposto crime ocorrido em navio, que resultou no óbito de tripulante decorrente da quebra da cinta de amarração de um cabo de aço no convés da embarcação.

O il. Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual ao argumento de que embora a

embarcação seja de grande porte e possua potencial marítimo para deslocamento internacional, não realiza viagens transnacionais, limitando-se às águas territoriais nacionais entre Rio de Janeiro e Vitória e as bacias de Campos e do Espírito Santo, restando ausente ofensa direta a bens, serviços ou interesses da União (fls. 100/101 e 194).

Os autos foram encaminhados à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 62, IV, da LC 75/93.

É o relatório.

Com a devida vênia do il. Procurador da República oficiante a atribuição para a persecução penal é do Ministério Público Federal.

A Constituição Federal, em seu art. 109, IX, expressamente aponta a competência da Justiça Federal para processar e julgar "os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar".

Em razão da imprecisão do termo "navio" utilizado no referido dispositivo constitucional, a doutrina e a jurisprudência construíram o entendimento de que "navio" seria embarcação de grande porte o que, evidentemente, excluiria a competência para processar e julgar crimes cometidos a bordo de outros tipos de embarcações, isto é, aqueles que não tivessem tamanho e autonomia consideráveis que pudessem ser deslocados para águas internacionais. (CC 118.503/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/04/2015, DJe 28/04/2015)

No caso em exame, não resta dúvida de que a embarcação é considerada de grande porte e com plena capacidade de realização de deslocamento para águas internacionais, o que evidencia o interesse da União e, consequentemente, a competência da justiça federal para o seu julgamento.

É indiferente a qualidade das pessoas lesadas, constituindo razão suficiente e autônoma para a fixação da competência federal, a implementação da hipótese prevista no inciso IX, do art. 109, do Texto Maior. (HC 40.913/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 19/05/2005, DJ 15/08/2005, p. 338)

Além dos julgados do Superior Tribunal de Justiça – STJ, acima transcritos em parte, merecem destaque os seguintes:

CONFLITO DE COMPETENCIA. HOMICIDIO PRATICADO A BORDO DE NAVIO. INCIDENCIA DO ART. 109, IX, DA CF/88. COMPETENCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

- COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES COMUNS PRATICADOS, EM TESE, NO INTERIOR DE NAVIO DE GRANDE CABOTAGEM, AUTORIZADO E APTO A REALIZAR VIAGENS INTERNACIONAIS, EX VI DO INCISO IX, ART. 109, DA CF.
- CONFLITO CONHECIDO. COMPETENCIA DO JUIZO FEDERAL, O SUSCITANTE.

(CC 14.488/PA, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/10/1995, DJ 11/12/1995, p. 43174)

PENAL - CONSTITUCIONAL - CRIME CONTRA A SEGURANÇA DE TRANSPORTE MARITIMO - COMPETENCIA.

- COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES COMETIDOS A BORDO DE NAVIOS, INCLUIDOS OS PRATICADOS CONTRA A SEGURANÇA DO TRANSPORTE MARITIMO.
- INTELLIGENCIA DO ART. 109, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
- RECURSO PROVIDO.

(RHC 1.386/RJ, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, Rel. p/ Acórdão Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 16/09/1991, DJ 09/12/1991, p. 18044)

Idêntico raciocínio é adotado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, como no seguinte julgado:

I. Competência para o processo de crime de tráfico internacional de entorpecente apreendido no interior de aeronave que pousou em Município que não é sede de Vara da Justiça Federal: Alegada competência da Justiça estadual (art. 27 da L. 6.368/76): nulidade relativa: preclusão: Precedente. Conforme o decidido no HC 70.627, 1ª T., Sydney Sanches, DJ 18.11.94, é federal a jurisdição exercida por Juiz estadual na hipótese do art. 27 da L. 6.368/76. Corrobora a tese o disposto no art. 108, II, da Constituição, segundo o qual cabe aos Tribunais Regionais Federais "julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição". É territorial, portanto, o critério para saber se ao Juiz federal ou estadual, na hipótese do art. 27 da L. 6.368/76, cabe o "exercício de competência federal"; e, por isso, se nulidade houvesse seria ela relativa, sanada à falta de arguição oportuna. II. **Competência da Justiça Federal: crime praticado a bordo de navios ou aeronaves (art. 109, IX, da Constituição): Precedente (HC 80.730, Jobim, DJ 22.3.02).** É da jurisprudência do STF que, para o fim de determinação de competência, a incidência do art. 109, IX, da Constituição, independe da espécie do crime cometido "a bordo de navios ou aeronaves", cuja persecução, só por isso, incumbe por força da norma constitucional à Justiça Federal. (HC 85059, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 22/02/2005, DJ 29-04-2005) (Grifei)

Diante do exposto, voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, para cumprimento, cientificando-se o il. Procurador da República oficiante, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 15 de maio de 2015.

José Adonis Callou de Araújo Sá

Subprocurador-Geral da República
Titular – 2ª CCR/MPF

/T.